

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO

LOCAL DA REUNIÃO: CASA DOS NOURA

HORA DE ABERTURA: 09H30 HORAS

PRESENCAS:

JOSÉ RODRIGUES PAREDES – PRESIDENTE

LUÍS MANUEL MADUREIRA ALMEIDA – VEREADOR

VITOR EMANUEL CARDOSO DOS SANTOS FERREIRA – VEREADOR

ANA ISABEL PINTO VIEIRA – VEREADORA

SÓNIA ANDREA RODRIGUES PEREIRA PIRES – VEREADORA

CÉSAR FILIPE FERREIRA SEIXAS – VEREADOR

MAFALDA LOPES MENDES – VEREADORA

FALTAS JUSTIFICADAS: NÃO HOUVE

SECRETARIOU: ANA BÁRBARA FONSECA ALVES, TÉCNICA SUPERIOR DA
DIVISÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

HORA DE ENCERRAMENTO: 12h00 HORAS

ORDEM DO DIA

1	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
1.1	Presente Ata n.º 24/2025 de 12 de dezembro.	X		
1.2	Presente Proposta da Presidência n.º 13, exarada pelo Presidente da Câmara, propondo o Pacote Fiscal para 2026 – IMI, Derrama, IRS e TMDP	X (1)		
1.3	Presente Proposta da Presidência n.º 14, exarada pelo Presidente da Câmara, contendo os Documentos Previsionais para o ano de 2026	X (1)		
1.4	Presente Proposta da Presidência n.º 15, exarada pelo Presidente da Câmara, propondo a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, com efeitos a 01/01/2025, no valor de 4,99€/dia.	X		
1.5	Presente Proposta da Presidência n.º 16, exarada pelo Presidente da Câmara, propondo a aprovação do Mapa de Pessoal e Mapa de Recrutamentos para o ano de 2026.	X (1)		
1.6	Presente Proposta da Presidência n.º 17, exarada pelo Presidente da Câmara, propondo a aprovação do plano de formação profissional para o ano de 2026.	X (1)		
1.7	Presente Proposta da Presidência n.º 18, exarada pelo Presidente da Câmara, referente à emissão de parecer prévio para a celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença.	X		
1.8	Presente informação GAP/2025/1016 informando da necessidade de designar dois vereadores como representantes do Município de Alijó na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte	X		
1.9	Presente Proposta da Presidência n.º 19, exarada pelo Presidente da Câmara, referente à Missão, Valores e Objetivos Estratégicos da Câmara Municipal	X		

2	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
2.1	Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2025/12/15, apresentando um total de disponibilidades de 9.074.714,99€, sendo 7.671.184,11€ de dotações orçamentais e 1.403.530,88€ de dotações não orçamentais		X	
2.2	Presente informação CTBPAT/2025/997 informando da necessidade de proceder à 52ª alteração aos Documentos Previsionais de 2025 - permutativa.		X	

2.3	Presente informação CTBPAT/2025/1017 informando da necessidade de proceder à 53ª alteração aos Documentos Previsionais de 2025 - permutativa.		X	
------------	---	--	----------	--

3	DIVISÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
3.1	Presente informação DGO/2025/999 propondo o projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de Alijó.	X⁽¹⁾		

4	DIVISÃO DE ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
4.1	Presente informação DEE/2025/978 propondo o reembolso ou reagendamento da licença de caça, decorrentes da suspensão da atividade cinegética.	X		

5	DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
5.1	Presente informação DOSU/2025/977 informando da necessidade de aprovação de trabalhos complementares à empreitada “Criação/Construção – Loja do Cidadão”. Informa ainda da necessidade de aprovação da reprogramação da repartição de encargos e do compromisso plurianual.	X⁽¹⁾		

6	DIVISÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESPORTO E JUVENTUDE	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
6.1	Presente informação CED/979 informando da necessidade de retificar a lista de premiados do Prémio Municipal de Excelência e Mérito Escolar António Cabral 2024/2025.			X
6.2	Presente informação DCED/987 propondo a atribuição do apoio anual referente a 2025, às Associações Culturais e Cívicas do Concelho de Alijó, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó.	X		
6.3	Presente informação DCED/988 propondo a atribuição do apoio anual referente a 2025, às Associações Desportivas do Concelho de Alijó, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó.	X		

7	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
7.1	Presente informação DDS/2025/981 propondo a atribuição do apoio anual referente a 2025, às Associações de índole social, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó.	X		
7.2	Presente informação DDS/2025/974 propondo a atribuição de apoio pontual a agregado em situação de vulnerabilidade social.	X		
7.3	Presente informação DDS/2025/1022 propondo a constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes e designar o Município de Lamego como representante do mesmo, com vista à execução das ações da Operação DouroIntegra.	X		

(1) – Para submissão à Assembleia Municipal

Antes de serem colocados à discussão e votação os pontos da ordem de trabalhos, pela secretária foi dito: “Solicita-se aos membros presentes que, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que não participem na respetiva discussão e votação.”

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 – Presente Ata n.º 24/2025 de 12 de dezembro.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

Ponto 1.2 – Presente Proposta da Presidência n.º 13, exarada pelo Presidente da Câmara, propondo o Pacote Fiscal para 2026 – IMI, Derrama, IRS e TMDP.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a proposta referente ao pacote fiscal para 2025.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação, nos termos das alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

Ponto 1.3 – Presente Proposta da Presidência n.º 14, exarada pelo Presidente da Câmara, contendo os Documentos Previsionais para o ano de 2026.

Deliberação: aprovada, por maioria, com os votos contra dos vereadores do Partido Socialista, Luís Almeida, Ana Vieira e César Seixas, a proposta dos Documentos Previsionais para 2026.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º para aprovação, como dispõe a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação.

Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Reunião do Executivo da Câmara Municipal de Alijó

19 de dezembro de 2025



Assunto: Proposta da Presidência n.º 14, exarada pelo Presidente da Câmara, contendo os Documentos Previsionais para o ano de 2026

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista (PS) na Câmara Municipal de Alijó, Luís Almeida, Ana Vieira e César Seixas, votam contra a proposta suprarreferida, apresentada pelo Presidente da Câmara.

A presente declaração de voto é apresentada ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 - Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual e do artigo 15.º do Regimento da Câmara Municipal de Alijó, que reconhecem aos membros dos órgãos colegiais o direito de justificar o seu sentido de voto, seja favorável, contrário ou de abstenção, podendo essa declaração ser escrita e devendo constar da ata da reunião.

A proposta de Orçamento Municipal para 2026 constitui uma opção política do executivo permanente, mais do que um exercício contabilístico, merecendo uma extensa análise que se sintetiza nos pontos seguintes:

1. Os documentos previsionais apontam que mais de 71% da receita corrente provém de transferências da administração central, valor que ascende a 75% até 2030. Esta dependência face ao Orçamento de Estado, que se agrava até 2030, evidencia a **ausência de uma estratégia de reforço da autonomia financeira local**.
2. O despovoamento, dificuldades na fixação de jovens e de investimento e as fragilidades no nosso tecido económico local **exigiam uma resposta ambiciosa, integrada e sustentável**. A proposta apresentada, na visão dos vereadores eleitos pelo PS, limita-se a dar continuidade a opções que se têm revelado incapazes de mitigar os problemas estruturais.
3. A resolução de muitos dos desafios estruturais do concelho de Alijó passa também por uma **estratégia de aumento de receita própria e diversificação de fontes de financiamento**, que os documentos previsionais não evidenciam.
4. A receita fiscal prevista inscrita nos documentos apresenta repetição dos valores ao longo dos vários anos e, possivelmente, uma subavaliação. Esta situação só encontra justificação na **ausência de um cenário económico de desenvolvimento para o concelho** que crie futuro, gere oportunidades e reduza as desigualdades.
5. A título de exemplo, o IMI é fixado no mesmo valor até 2030, o que leva a presumir que existe um pressuposto de que não haverá novas construções, não existirão projetos de requalificação urbana (num território onde muito do edificado está em mau estado) ou mesmo atualizações do valor patrimonial tributário. A intenção de fixar população, e atendendo à carência de habitação, passa também pelo estímulo à reabilitação e incentivo ao investimento privado. A conclusão é que **a previsão do executivo permanente, nestes documentos, é a de que não haverá projetos de requalificação urbana ou investimentos privados relevantes**.
6. De igual forma, a Derrama, que se considera ser um instrumento relevante para a diversificação da base económica do nosso concelho, apresenta uma estimativa de igual valor até 2030. Daqui, conclui-se que o executivo permanente não pretende adotar medidas para que novas empresas se instalem, já que considera uma **total estagnação do tecido empresarial**. Sem novas empresas e sem as empresas do concelho a gerarem mais lucros, dificilmente haverá mais empregos e mais fixação das populações.

7. A esmagadora maioria da despesa de capital decorre de transferências da administração central e de fundos comunitários o que leva a concluir que **não existe um plano de investimento e desenvolvimento económico e social desenhado** especificamente para o concelho de Alijó e capaz de operar a transformação estrutural que o município necessita e que revele uma verdadeira estratégia de desenvolvimento, integrada, coerente, com prioridades bem definida e alinhada com necessidades estruturais do nosso concelho.
8. Também nas Grandes Opções do Plano existem rubricas referentes a investimentos com inscrição de valores residuais (no valor de €100,00) que não permitem a sua execução e são inseridas, presumivelmente, como “expediente contabilístico”. Em causa estão, entre outras, reparações em escolas, em habitações municipais, aquisição de equipamentos e apoios para a atividade de cariz social, projetos de requalificação urbana, por exemplo, em Alijó, Favaio ou Pinhão. Identificam-se ainda intervenções nas redes de águas pluviais e esgotos em várias freguesias, a criação de acessos a pessoas com mobilidade reduzida, o espaço de Lazer de Vila Verde ou conservação e manutenção do Estádio Delfim Magalhães. Todo um conjunto de intervenções necessárias, apesar de inscritas, não estão devidamente cabimentadas ou priorizadas reforçando a conclusão de **ausência de um plano de investimentos ou um modelo de desenvolvimento económico e social**.
9. Na despesa com pessoal esperava-se encontrar um reforço na capacitação e valorização do potencial humano dos trabalhadores do Município.

O voto dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista na Proposta dos Documentos Previsionais para 2026, não é de irresponsabilidade política, mas de discordância estratégica e política com a visão que este orçamento apresenta para o futuro do concelho de Alijó.

Trata-se de um documento que **não apresenta uma visão transformadora do território**, colocando as pessoas no centro da política e das decisões, que **não dá respostas claras à fixação de jovens, não define uma estratégia assertiva na habitação e não apresenta um cenário de desenvolvimento económico** ambicioso para que as nossas empresas cresçam e possam gerar emprego. É um orçamento que agudiza a estagnação e que sem resolver os problemas do presente, compromete o futuro.

Os vereadores do PS declaram voto contra, e reiteram que não poderão assumir qualquer responsabilidade pela deliberação tomada, da qual expressamente se distanciam, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 15.º, n.º 2, do Regimento.

Alijó, 19 de dezembro de 2025



Luís Manuel Madureira de Almeida



Ana Isabel Pinto Vieira



César Filipe Ferreira Seixas

O Sr. Presidente da Câmara apresentou a seguinte declaração: “Questiono o porquê de na contribuição aos documentos Previsionais apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista não constarem propostas concretas para os problemas agora apontados”.

O Vereador Luís Almeida solicitou direito resposta à pergunta formulada, o que não foi atendido.

Ponto 1.4 – Presente Proposta da Presidência n.º 15, exarada pelo Presidente da Câmara, propondo a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, com efeitos a 01/01/2025, no valor de 4,99€/dia.

Deliberação: aprovada por unanimidade, a atribuição, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2025, do suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores da carreira/categoria de assistente operacional a exercer funções no CRO, no valor diário de €4,99, desde que nas condições referidas no citado documento.

Ponto 1.5 – Presente Proposta da Presidência n.º 16, exarada pelo Presidente da Câmara, propondo a aprovação do Mapa de Pessoal e Mapa de Recrutamentos para o ano de 2026.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, a proposta do Mapa de Pessoal e o Mapa de Recrutamentos para o ano de 2026.

Mais foi deliberado aprovar a abertura dos procedimentos concursais identificados no quadro constante da proposta, com alargamento excecional da área de recrutamento a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecido, para provimento definitivo dos referidos postos de trabalho.

Foi ainda deliberado submeter à apreciação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

Ponto 1.6 – Presente Proposta da Presidência n.º 17, exarada pelo Presidente da Câmara, propondo a aprovação do plano de formação profissional para o ano de 2026.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o plano de formação profissional para o ano de 2026. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea h) do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

Ponto 1.7 – Presente Proposta da Presidência n.º 18, exarada pelo Presidente da Câmara, referente à emissão de parecer prévio para a celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença.

Deliberação: aprovada por unanimidade, a emissão de parecer prévio para a celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de avença, nos termos da proposta apresentada.

Ponto 1.8 – Presente informação GAP/2025/1016 informando da necessidade de designar dois vereadores como representantes do Município de Alijó na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a designação dos Vereadores Vitor Ferreira e Sónia Pires como representantes do Município de Alijó.

Ponto 1.9 – Presente Proposta da Presidência n. °19, exarada pelo Presidente da Câmara, referente à Missão, Valores e Objetivos Estratégicos da Câmara Municipal
Deliberação: aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada.

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2025/12/15, apresentando um total de disponibilidades de 9.074.714,99€, sendo 7.671.184,11€ de dotações orçamentais e 1.403.530,88€ de dotações não orçamentais.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.2 - Presente informação CTBPAT/2025/997 informando da necessidade de proceder à 52ª alteração aos Documentos Previsionais de 2025 - permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.3 - Presente informação CTBPAT/2025/1017 informando da necessidade de proceder à 53ª alteração aos Documentos Previsionais de 2025 - permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

3. DIVISÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 3.1 – Presente informação DGO/2025/999 propondo o projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de Alijó.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de Alijó. Mais foi deliberado, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 33, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

4. DIVISÃO DE ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO

Ponto 4.1 – Presente informação DEE/2025/978 propondo o reembolso ou reagendamento da licença de caça, decorrentes da suspensão da atividade cinegética.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a devolução integral do valor pago ou o reagendamento de jornadas, nos termos propostos na informação técnica.

5. DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Ponto 5.1 – Presente informação DOSU/2025/977 informando da necessidade de aprovação de trabalhos complementares à empreitada “Criação/Construção – Loja do Cidadão”. Informa ainda da necessidade de aprovação da reprogramação da repartição de encargos e do compromisso plurianual.

Deliberação: aprovado, por maioria, com a abstenção dos vereadores da oposição. Mais foi deliberado, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a reprogramação dos encargos, em cumprimento do disposto no art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de

fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

6. DIVISÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESPORTO E JUVENTUDE

Ponto 6.1 – Presente informação CED/979 informando da necessidade de retificar a lista de premiados do Prémio Municipal de Excelência e Mérito Escolar António Cabral 2024/2025.

Deliberação: ratificado, por unanimidade o ato praticado pelo Presidente da Câmara, quanto à retificação da lista de premiados, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

Ponto 6.2 – Presente informação DCED/987 propondo a atribuição do apoio anual referente a 2025, às Associações Culturais e Cívicas do Concelho de Alijó, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição do apoio anual, nos valores e termos constantes da informação técnica, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó.

Nos termos do n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, e de acordo com o artigo 69.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo os Vereadores Luís Almeida, César Seixas e a Vereadora Mafalda Mendes não participaram na apreciação e votação deste ponto.

Ponto 6.3 – Presente informação DCED/988 propondo a atribuição do apoio anual referente a 2025, às Associações Desportivas do Concelho de Alijó, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição do apoio anual, nos valores e termos constantes da informação técnica, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó.

Nos termos do n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, e de acordo com o artigo 69.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo o Vereador Luís Almeida não participou na apreciação e votação deste ponto.

Ponto 6.4 – Presente informação DCED/1026 contendo a Carta Educativa do Concelho de Alijó e Parecer do Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

Deliberação: aprovada, por unanimidade. Mais foi deliberado, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e em cumprimento do determinado no n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, remeter à Assembleia Municipal.

7. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ponto 7.1 – Presente informação DDS/2025/981 propondo a atribuição do apoio anual referente a 2025, às Associações de índole social, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição do apoio anual, nos valores e

termos constantes da informação técnica, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó.

Nos termos do n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, e de acordo com o artigo 69.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo o Vereador César Seixas não participou na apreciação e votação deste ponto.

Ponto 7.2 – Presente informação DDS/2025/974 propondo a atribuição de apoio pontual a agregado em situação de vulnerabilidade social.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição do apoio pontual, nos valores e termos constantes da informação técnica.

Ponto 7.3 – Presente informação DDS/2025/1022 propondo a constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes e designar o Município de Lamego como representante do mesmo, com vista à execução das ações da Operação DouroIntegra.

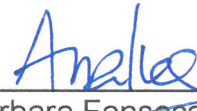
Deliberação: aprovada, por unanimidade, a constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes e designar o Município de Lamego como representante do mesmo.

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 2025/12/19 aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim, secretária e técnica superior da Divisão de Gestão Organizacional desta Autarquia.



José Rodrigues Paredes,
(Presidente da Câmara Municipal de Alijó)



Ana Bárbara Fonseca Alves,
(Técnica superior da Divisão de Gestão Organizacional)